

CIDADES MEDIEVAIS: BASE ONTOLÓGICA DA FORMAÇÃO BURGUESA

AMBONI, Vanderlei - FAFIPA

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo de nossa investigação tem por eixo o espaço da construção da burguesia, que são as cidades medievais. O procedimento para esta investigação será apreender as formas de produção da existência humana, recuperando a práxis humana inseridas no processo de construção da sociedade feudal; sua vida social e a construção da vida urbana e, como resultado, a construção de um novo tipo humano-social: o burguês medieval.

A opção pelo tema se deu pela necessidade de aprofundar minhas reflexões acerca do tratamento dispensado ao tema pela historiografia.

1. O ESPAÇO DA PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA MATERIAL: O FEUDO

O Feudo, sistema que se cristalizou na Europa Ocidental no século XI como uma sociedade de ordens, é assim descrito por pelo Bispo Adalberon apud Pinsky (1987: 71):

...a cidade de Deus que é tomada como una, na realidade é tripla. Alguns rezam, outros lutam e outros trabalham. As três ordens vivem juntas e não podem ser separadas. Os serviços de cada uma dessas ordens permitem os trabalhos das outras duas e cada uma por sua vez presta apoio às demais.

Mas como era o feudo?

Heilbroner (1984: 53) nos traz uma descrição de como era o feudo. Segundo ele: No ponto focal do domínio estava a mansão senhorial, uma grande construção, usualmente armada contra ataques de bandoleiros, isolada dos campos circundantes por muralhas e atingindo, por vezes, as dimensões de um verdadeiro castelo. No pátio fechado da mansão estavam as oficinas onde panos podiam ser fiados ou tecidos, uvas prensadas, mantimentos armazenados, trabalhos simples de ferreiro executados, grãos moídos. Estendendo-se por toda a volta da mansão, havia um mosaico de campos de cultivo, tipicamente subdivididos em glebas de um ou meio acre, cada qual com seu próprio ciclo de cultivo e pousio. Metade ou mais dessas glebas pertencia diretamente ao senhor, e o restante ‘pertencia’, em várias acepções desse termo jurídico à hierarquia de famílias livres, semi-livres e não-livres que constituíam a população da propriedade.

No interior desse espaço de produção da existência material dos homens, o trabalho era direcionado para a subsistência de todos. O camponês tinha uma série de obrigações para com o seu senhor. Dentre suas obrigações, destacamos o trabalho realizado no campo e nas oficinas do senhor.

2. CIDADES MEDIEVAIS: ESPAÇO PRODUTIVO DE NECESSIDADES HUMANAS E A CONSTRUÇÃO DO BURGUÊS

Vamos, aqui, fazer uma discussão genérica sobre as cidades medievais, sem nos atermos a esta ou aquela cidade por sua importância econômica e social. O que iremos discutir é as cidades medievais enquanto espaço produtivo das necessidades humanas e de atividades mercantilizadas.

Para muitos historiadores as comunas medievais surgiram durante a segunda metade do século X nas proximidades das rotas comerciais, nos entroncamentos dos rios, nas regiões das grandes feiras comerciais ou junto aos mosteiros, castelos ou catedrais.

Henri Pirenne (1968: 47-48), em seus estudos, escreveu que:

...A existência errante dos mercadores e os riscos de toda espécie a que estavam expostos, em uma época em que o saque constituía um dos meios de existência da pequena nobreza, impeliam-nos a procurar desde logo proteção no interior das muralhas que se escalonavam ao longo dos rios ou dos caminhos naturais que percorriam. No verão, serviam-lhes de pousada; durante a estação má, usavam-na para invernar. As melhor situadas, quer no fundo de um estuário ou de uma enseada, quer na confluência de dois rios ou no ponto em que, deixando de ser navegável um rio, as cargas dos barcos deveriam ser descarregadas antes de seguir para adiante, transformaram-se dessa forma em lugares de trânsito e de parada para os mercadores e mercadorias.

Essas pousadas que existiam na Europa Ocidental eram os lugares que os mercadores tinham segurança para dormir e guardar suas mercadorias. Acabaram desenvolvendo uma classe de mercadores cada vez mais numerosa. Esses mercadores ocuparam todos os espaços que os burgos lhes ofereciam como local de parada. Para esse contingente de mercadores criou-se a necessidade de expansão para além dos burgos, pois suas atividades estavam sendo prejudicadas devido o pouco espaço que tinham dentro da fortaleza, ou seja, dentro do burgo. Para ampliar seus negócios o jeito foi ocupar e construir novos espaços fora do burgo, garantindo, assim, a realização das atividades mercantis. Esse processo de ocupação foi denominado pela historiografia de

foris-burgus, ou seja, o burgo dos arredores. Como mecanismos de proteção contra salteadores, foram construídas novas muralhas em seu redor.

2.1. Como estavam as cidades no século X?

Para Guizot, as cidades expressam riqueza e desenvolvimento social, despertando entre os senhores, o apetite da pilhagem e da extorsão, o que levou os burgueses a se organizarem na defesa de seus interesses e de suas riquezas materiais, o que demonstra que as forças produtivas estavam em franco desenvolvimento. Neste sentido, escreveu que:

...as cidades no curso do século X; elas tinham mais força, mais importância, mais riquezas, mais interesses para defender. Era-lhes ao mesmo tempo mais necessário que nunca defendê-los, pois estes interesses, esta força, estas riquezas, tornaram-se um objeto de cobiça para os senhores... (s/d: 8)

V. Biriukovitch e I. Levistski e H. Pirenne, historiadores marxistas, ao estudarem o desenvolvimento das forças produtivas no interior da sociedade feudal afirmam que seu crescimento acentuou a divisão social do trabalho, elevando seu potencial produtivo. Situando esse quadro entre os séculos X e XI, aparece uma separação entre o artesanato e o nascimento das cidades como centro do artesanato e do comércio. Neste processo está o nascimento do mercado interno. Henri Pirenne assegura que a produção de mercadorias no interior de qualquer cidade é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas, para atender e satisfazer as necessidades humanas, pois nenhuma burguesia pode prescindir dos objetos fabricados que a satisfação das suas necessidades exige. Biriukovitch e Levistski nos afirmam que o desenvolvimento das forças produtivas internas na sociedade feudal produziu a divisão social do trabalho entre as atividades desenvolvidas pelos camponeses e pelos artesãos. As cidades nascem, assim, a partir das necessidades humanas como produtoras do artesanato e do comércio, portanto, produtoras da vida social urbana e do interesse mercantil burguês.

2.2 Como a historiografia vê as comunas medievais?

Guizot, na Sétima Lição, diz que os homens medievais ao verem estabelecidos os princípios de ordem e paz, recomeçaram com as atividades produtivas, com vistas ao comércio. A produção para o mercado, portanto, só pode ser pensada em condições de paz social. Com as condições da vida medieval normalizada, novas necessidades

humanas surgem na sociedade e, para atendê-las, exige-se dos homens, novo comportamento social de troca e novas práticas produtivas, desenvolvendo, assim, as forças produtivas no interior da sociedade feudal. Nesta sociedade, encontram-se por toda parte os artesãos indispensáveis à sua existência cotidiana: padeiros, carneiros, alfaiates, ferreiros, oleiros ou picheleiros etc. Neste sentido, Guizot (s/d: 5) observa que:

No momento em que a feudalidade estava já bem estabelecida, quando cada homem tomou seu lugar, fixando-se na terra, quando a vida errante cessou, ao fim de certo tempo, as cidades recomeçaram a adquirir alguma importância, desenvolvendo-se de novo alguma atividade nelas. Como vocês sabem, dá-se com a atividade humana algo semelhante ao que ocorre com a fecundidade da terra: cessada a desordem tudo volta a germinar e a florir. Basta o menor clarão de ordem e paz, e o homem retoma a esperança, e com a esperança o trabalho. É isso que ocorreu nas cidades; desde que o regime feudal assentou-se um pouco, criaram-se entre os possuidores do feudo novas necessidades, um certo gosto pelo progresso, pelo melhoramento. Para satisfazê-los, um pouco de comércio e de indústria reapareceu nas cidades de seus domínios; a riqueza, a população, nelas reaparecem...

A existência desses núcleos urbanos, a princípio, cercadas por muralhas fortificadas, denominada de burgo, tinham por finalidade a proteção dos homens que estavam a serviço dos príncipes feudais, frente às invasões dos normandos — que atacavam pelo Norte e Oeste — e dos sarracenos — que atacavam pelo Sul.

Nesses burgos, com o aumento de seus habitantes, foram sendo ampliados para além das muralhas, o que gerava a necessidade de proteção e de organização política própria, pois seus moradores eram constituídos, basicamente, de ricos comerciantes e de artesãos, sendo denominados de **burgueses**. Neste espaço de ação social, a burguesia ia construindo sua liberdade, buscando ficar livre dos entraves feudais. Neste sentido, o choque entre os interesses feudais e os da burguesia eram inevitáveis, pois o desenvolvimento das forças produtivas confere novos padrões de vida social, na qual não há espaço para o senhor feudal. O desenvolvimento urbano, aliado às atividades mercantis e produtivas, introduz transformações radicais na vida social da sociedade européia da baixa Idade Média. A nova base produtiva das cidades medievais altera as idéias e os costumes, tornando suas cidades, palcos de intensas discussões das novas teorias e dos novos conhecimentos que a burguesia estava produzindo. O conflito é inevitável. A luta de classes é intensa. O palco é a cidade. Cabe a burguesia, a defesa de seus interesses e de sua riqueza. A conquista da liberdade para as cidades e o direito de se organizarem passou a ser o objetivo da burguesia. A burguesia, inevitavelmente entra

em choque com o senhor feudal, pois, naquela época, dominava praticamente todas as atividades praticadas nas cidades medievais.

Guizot (s/d: 9 – 10), sobre a o processo de emancipação das comunas, escreveu que:

... A liberdade das comunas no século XI foi fruto de uma verdadeira insurreição, de uma verdadeira guerra, guerra declarada pela população das cidades aos senhores. O primeiro fato que reencontramos sempre em tais histórias, é o recrutamento dos burgueses que se armam de tudo aquilo que se encontra à sua mão; é a expulsão dos representantes do senhor que vêm exercer alguma extorsão; é uma empresa contra o castelo; todas estas, características de uma guerra. Se a insurreição malogra, o que faz, então, o vencedor? Ordena a destruição das fortificações erguidas pelos burgueses, não somente em torno de sua cidade, mas em torno de cada casa...

Mais do que defender seus interesses, Guizot mostra uma certa consciência de classe do burguês medieval. O levante burguês contra seu senhor é resultado da luta de classes, pois os interesses são antagônicos, portanto, inconciliáveis.

Vejamos como Guizot mostra a consciência de classe e a relação estabelecida entre os burgueses medievais, que na defesa de seus interesses conquistaram o direito de se governarem. Neste sentido, escreveu que:

...estamos em uma espécie de praça forte defendida pelos burgueses armados; estes burgueses estabelecem os impostos, elegem seus magistrados, julgam, punem, reúnem-se para deliberar sobre seus negócios; todos vêm à estas assembléias; fazem a guerra por conta contra seu senhor; têm uma milícia. Em uma palavra, governam-se; são soberanos (s/d: 3-4).

Para proteger seu capital contra as investida do senhor feudal, o burguês necessita investir na segurança do seu patrimônio. É preciso construir verdadeiras fortalezas para ter-se como moradia, pois a vida na cidade é sinônima de riqueza e prosperidade social. Nas cidades estão presentes duas classes fundamentais para as atividades produtivas. De um lado, a burguesia, que se dedica aos negócios e, de outro lado, os trabalhadores que se dedicavam às artes manuais, produzindo para as necessidades do comércio local, o que significa produção de riqueza material, alvo de cobiça dos senhores feudais.

Neste processo em que estão expressas as necessidades de pilhagens do senhor feudal, Guizot mostra como era imperativo ao burguês medieval ter sua segurança. Sua casa era uma fortaleza, pois tinham que proteger sua riqueza, já que o senhor feudal em lugar de ir pilhar longe, pilha-se perto. Pilha-se no seu quintal. Pilham-se as cidades, fontes de riqueza acumulada. Para fazer frente a esta pilhagem o burguês reage e

constrói sua casa para que lhe possibilite a defesa de seus bens e de suas riquezas, demonstrando princípios de organicidade e de interesses na defesa de sua posição social.

Vejamos como era a construção da casa de um burguês no século XII:

... em geral, três andares, uma só peça em cada andar; o térreo servia de sala onde a família fazia suas refeições; o fato mais notável nesta construção é que o primeiro andar era muito elevado, como forma de segurança. Neste andar, há um cômodo no qual o burguês, o senhor da casa, vivia com sua mulher. A casa era quase sempre flanqueada por uma torre em cada ângulo, em geral quadrada, ainda um sintoma da guerra, um meio de defesa. No segundo andar, um cômodo cujo uso era incerto, mas que servia provavelmente para as crianças e o resto da família. Em cima, muito freqüentemente, uma pequena plataforma, destinada evidentemente para servir de observatório. Toda a construção da casa lembra a guerra. É o caráter evidente, a verdadeira ilustração do movimento que produziu a emancipação das comunas (GUIZOT, s/d: 10).

CONCLUSÃO

As relações sociais produzidas no feudalismo produziram o isolamento dos homens em uma sociedade hierarquizada, estratificada e sem mobilidade social. Os homens, ao construírem a sociedade feudal, a partir da crise e desintegração do modo de produção escravista, a construíram sobre a base de uma grande propriedade: a da terra, com sua transmissão hereditária e, para assegurar sua manutenção, criaram as leis da primogenitura e do morgadio.

A produção da vida material, agora, passa a ser produzida no campo. O feudo, isolado e auto-suficiente, produz o que necessita para sua existência. As necessidades humanas passaram a ser produzidas isoladamente, como mecanismo de preservação da vida social.

Como os homens produzem sua história a partir das circunstâncias encontradas, dadas e transmitidas, na vida social feudal, a produção de sua vida material; surgiram novas necessidades humanas a serem atendidas. Estas necessidades foram criadas pelas atividades da defesa e da guerra, promovidas no interior dos feudos. Neste processo, fomentou o crescimento das cidades e, conseqüentemente, das atividades mercantis, gestando a divisão social do trabalho, entre as atividades do campo e as atividades do artesanato, produzindo riquezas para as cidades medievais, que se tornaram pólo da atividade produtiva de utensílios para o trabalho, etc., e pólo da atividade mercantil.

Nesta sociedade, encontram-se por toda parte os artesãos indispensáveis à sua existência cotidiana: padeiros, carneiros, alfaiates, ferreiros, oleiros ou picheiros etc.

Nestas novas atividades desenvolvidas no interior do feudo, foi construída uma classe social que tinha o espírito voltado para a acumulação de riquezas; com interesses particulares, que entram em luta com os senhores feudais contra os entraves ao seu desenvolvimento e, promovem uma revolução no interior do espaço de sua existência.

Marx escreveu que: tudo que é sólido se desmancha no ar. O que era sólido? A solidez do regime feudal não suportou as atividades produtivas no interior das cidades medievais, pois estas desenvolveram as forças produtivas e, como consequência, a divisão social do trabalho, nascendo um novo tipo de homem: o burguês medieval.

O nascimento desse novo homem criou as condições do desenvolvimento da produção de excedentes, produzindo riquezas através da atividade mercantil. Este novo traz em si as necessidades de novas formas de relacionamento humano; de um novo comportamento social; de uma nova educação e de novas relações e práticas produtivas, que passaram a ser construídas pela práxis humana, no espaço de produção feudal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. A Produção da Escola Pública Contemporânea. (tese de doutorado). Campinas: UNICAMP, 1998.

COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral. 5ª ed. – São Paulo: Saraiva, 1999.

DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

GUIZOT, François Pierre Guillaume. História da Civilização na Europa. In Coleção Antonio Maria Pereira, 4ª Lição, p. 115 a 147.

_____. História da Civilização na Europa. In Coleção Antonio Maria Pereira, 7ª Lição, traduzido por Claudinei M. M. Mendes.

HEILBRONNER, A Formação da Sociedade Econômica. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

HUBERMAN, LEO. História da Riqueza do Homem. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Bauru, SP: Edusc, 1996.

_____. Mercadores e Banqueiros da Idade Média. Lisboa: Gradiva, 1990.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. in Obras Escolhidas, Tomo I, Lisboa: Avante, 1982.

PINSKY, Jaime. Modo de Produção Feudal. (seleção e organização) 3ª ed. – São Paulo: Global, 1984.

PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média. 4ª ed. – São Paulo: Mestre Jou, 1968.

SWEEZY, PAUL, et. Alii. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.